

## **PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2018**

(Processo nº. 002082)

**“Contratação de empresa especializada no serviço de gerenciamento e fornecimento de vales-alimentação, mediante o pagamento, para o Executivo Municipal de Vacaria/RS, pela outorga da exploração da administração dos vales dos servidores”.**

O Prefeito Municipal de Vacaria, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 8.666 de 21/06/93, e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17/07/02, Decreto-Municipal nº 50 de 12/08/05 e Lei Complementar nº 123/06 de 14/12/06 e suas alterações, torna público, para conhecimento dos interessados que se encontra aberta licitação, sob a modalidade de PREGÃO presencial, tipo MAIOR OFERTA do lote, para “Contratação de empresa especializada para gerenciamento e fornecimento de vales alimentação, através da venda da outorga da administração dos vales, pelo Executivo do Municipal de Vacaria/RS”.

Os envelopes contendo a documentação e propostas serão recebidos até o dia **07/06/2018**, às **10h** no setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Vacaria, sito à rua Ramiro Barcelos, nº 915, Centro, CEP 95200-000, em Vacaria/RS. Nesta data e horário, será iniciada a sessão de abertura dos envelopes contendo as propostas, pelo pregoeiro nomeado na portaria nº 04/2018, com observância do item 12.4 deste edital.

**Serão aceitos envelopes via correio, vide item 2.1.5.**

### **1 - DO OBJETO LICITADO**

#### **OBJETO, JUSTIFICATIVA E SUAS ESPECIFICAÇÕES:**

1.1.1 – O presente procedimento licitatório destina-se a contratação de empresa para gerenciamento e fornecimento de vales alimentação, dos funcionários públicos ativos (efetivos, celetistas e cargos em comissão) do Poder Executivo Municipal de Vacaria/RS, através da venda da outorga da exploração da administração dos vales, de acordo com o Anexo II.1 (Memorial Descritivo), e anexo II (modelo de confecção da proposta) deste edital;

1.1.2 - O descumprimento das cláusulas estabelecidas neste edital e memorial descritivo acarretarão desclassificação/inabilitação e, caso já contratado, rescisão de contrato e aplicação das sanções dispostas no item 10.

### **2 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES**

Deverão ser entregues ao Pregoeiro, no setor de licitações, na data, horário e no endereço referido, 02 (dois) envelopes com as seguintes indicações externas:

#### **No primeiro envelope**

Ao Município de Vacaria/RS

Setor de Licitações

**Pregão Presencial n.º 13/2018**

Envelope n.º 01 - PROPOSTA DE PREÇOS

Abertura: (dia, mês, ano e horário)

Licitante: (denominação social completa da empresa e n.º do CNPJ)

Fone/Fax/E-mail:

No segundo envelope

Ao Município de Vacaria

Setor de Licitações

**Pregão Presencial n.º 13/2018**

Envelope n.º 2 - DOCUMENTAÇÃO

Abertura: (dia, mês, ano e horário)

Licitante: (denominação social completa da empresa e n.º do CNPJ)

Fone/Fax/E-mail:

**2.1. CREDENCIAMENTO**

A licitante deverá fazer-se presente junto ao Pregoeiro mediante somente um representante legal, COM OS SEGUINTE DOCUMENTOS EM MÃOS, conforme instruções abaixo:

2.1.1. O Credenciamento do Representante Legal da licitante deverá ser da seguinte forma:

I - caso o representante seja sócio-gerente ou diretor da empresa, deverá apresentar CRC (Certificado de Registro Cadastral) ou Ato Constitutivo ou Estatuto ou Contrato Social (conforme subitem 4.1.1.);

II - caso o representante não seja sócio-gerente ou diretor, o seu credenciamento far-se-á mediante:

a) Carta de Credenciamento (conforme modelo do Anexo I), assinada pelo representante legal da empresa cuja comprovação far-se-á por meio da apresentação do CRC ou Ato Constitutivo ou Estatuto ou Contrato Social (conforme subitem 4.1.1), ou

b) Instrumento Público de Procuração, que conceda ao representante poderes legais, ou

c) Instrumento Particular de Procuração, com assinatura reconhecida em cartório, que conceda ao representante poderes legais, sendo que:

2.1.1.1. Se for concedido por sócio-gerente ou diretor, esta condição deverá ser comprovada conforme descrito no subitem 2.1.1.1;

2.1.1.2. Se for assinada por outra pessoa, que não seja sócio-gerente ou diretor, deverá ter poderes para assinar o referido documento, sendo que a comprovação far-se-á por meio dos documentos que comprovem tal condição.

2.1.2. A licitante deverá apresentar DECLARAÇÃO (Anexo VI), dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

Obs.: A declaração deverá estar assinada por pessoa devidamente habilitada nas formas supracitadas;

2.1.3. O Credenciamento, juntamente com os documentos da sua comprovação autenticados, e a declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, não serão devolvidos e deverão ser apresentados no início da sessão pública de Pregão, fora dos envelopes de preços e da documentação.

2.1.3.1. Se a licitante não proceder ao prévio credenciamento do representante, não será admitida ao pregão e seus envelopes não serão recebidos.

2.1.4. O Pregoeiro poderá, no curso da sessão pública de pregão, consultar o Cadastro da licitante, junto ao Setor de Licitações, para comprovar os poderes do Credenciamento e/ou Procuração.

**2.1.5. Para exercer o direito de manifestação, lances e recursos neste Pregão, por ser presencial, é obrigatória a presença de representante legal da licitante na sessão pública, mas, excepcionalmente, será oportunizado o envio de envelopes, com lance único, sem direito de oferecer nova proposta ou recurso, via correio, mediante a apresentação de toda a documentação solicitada (itens 03 e 04 nos moldes do item 02) e mais as constantes no item 2.1.3 em um envelope escrito credenciamento:**

**No terceiro envelope (Apenas quem não se fizer presente. Presentes levarão em mãos.)**

Ao Município de Vacaria  
Setor de Licitações  
**Pregão Presencial n.º 13/2018**  
**Envelope n.º 3 - CREDENCIAMENTO**  
Abertura: (dia, mês, ano e horário)  
Licitante: (denominação social completa da empresa e n.º do CNPJ)  
Fone/Fax/E-mail:

**2.1.6. Cada credenciado poderá representar apenas uma empresa, o qual deverá estar munido de Cédula de Identidade.**

2.1.7. Tanto na Credencial como no Instrumento de Procuração (Público ou Particular) deverão constar, expressamente, os poderes para formular lances, negociar preços e praticar todos os atos inerentes ao certame, inclusive interpor e desistir de recursos em todas as fases licitatórias.

**2.1.8. No momento do credenciamento, a licitante que pretende participar e se utilizar dos benefícios previstos na Lei Complementar n.º 123/2006 e suas alterações, no que tange a licitações, deverá apresentar declaração de que se beneficia da mesma (modelo Anexo V), assinada por representante legal e por contador ou técnico contábil da empresa.**

2.1.8.1. A declaração citada no subitem anterior deverá conter o número de inscrição do profissional no Conselho Regional de Contabilidade – CRC e a assinatura do mesmo.

2.1.8.2. A licitante que escolher pelo credenciamento por meio do Certificado de Registro Cadastral – CRC, conforme o subitem 2.1.1 I, ficará dispensada da apresentação do documento referido no subitem 2.1.8, desde que tenha o campo Declaração de Enquadramento como ME/EPP preenchido, e em vigor.

### **3 - DA PROPOSTA - Envelope n.º 01**

**A licitante deverá apresentar a proposta em 01 (uma) via, original ou cópia autenticada em cartório.**

3.1. A proposta deverá ser entregue em envelope lacrado (vide item 02) e poderá ser apresentada no Anexo II (Formulário Padrão para Preenchimento da Proposta), devendo ser preenchida por meio mecânico, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, datada e assinada por representante legal da empresa. A proposta deverá apresentar, também, a razão social, o n.º do CNPJ-MF da licitante e o nome completo de seu signatário.

3.1.1. No caso da licitante apresentar a proposta de preço em formulário próprio, deverá obedecer ao descritivo do lote, quanto à ordem, as quantidades e às características do mesmo.

3.2. A proposta, quando não for item único, deverá conter PREÇO UNITÁRIO e GLOBAL DO LOTE, ou seja, a multiplicação da quantidade do item pelo respectivo preço unitário (*conforme a unidade e a quantidade mencionada no Anexo II*), expresso em reais, com 02 (duas) casas decimais, válido para ser praticado desde a data da apresentação da proposta até o efetivo pagamento.

3.3. Não será aceito, no momento da entrega/execução, sob pena de multa e sanções, fornecedor diferente daquele constante na proposta vencedora.

3.4. No preço proposto serão considerados todos os encargos previdenciários, fiscais (ICMS e outros), comerciais, trabalhistas, tributários, materiais, embalagens, fretes, seguros, tarifas, descarga, transporte, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre o material, objeto desta licitação.

3.5. Os preços propostos serão considerados completos e suficientes para a execução do objeto desta licitação. O valor cotado é de inteira responsabilidade da licitante, devendo observar com rigor, quando da elaboração da proposta, para que não cote errado.

3.6. A licitante deverá considerar, para formulação de sua proposta, as seguintes condições:

3.6.1. O presente procedimento licitatório destina-se a contratação de empresa especializada para o serviço de gerenciamento e fornecimento de Vales-Alimentação, mediante o pagamento, para o Executivo Municipal de Vacaria/RS, pela outorga da exploração da Administração dos Vales-Alimentação dos Servidores Públicos Municipais;

3.6.2. Quantidade estimada de cartões 1.520;

3.6.3. Quantidade estimada de repasse mensal do Município aos servidores R\$ 650.560,00 a ser administrado pela licitante;

3.6.4. Quantidade estimada a ser disponibilizada/creditada em cada cartão R\$ 428,00;

3.6.5. Demais especificações e obrigações conforme memorial descritivo Anexo II.1.

3.6.6. A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias.

3.7. Todo e qualquer execução fora do estabelecido neste edital, ocasionará a imediata notificação da licitante vencedora, que ficará obrigada a retificá-lo/substituí-lo, o que fará prontamente, ficando entendido que correrão por sua conta e risco tal retificação, podendo ser aplicadas, também, as sanções previstas no item 10 deste edital.

3.8. A contratada deverá, obrigatoriamente, fornecer um número de Fax ou endereço de e-mail para receber as comunicações oficiais, onde deverão constar na parte externa dos envelopes da documentação e das propostas, obrigando-se em manter, ao menos, um dos meios de comunicação operantes, sob sua inteira responsabilidade, mantendo-os atualizados, durante o período de vigência do contrato, telefone, fac-símile e endereço, comunicando ao Setor diretamente ligado ao objeto da licitação, qualquer alteração de dados.

Caso ocorra dificuldade por parte da administração, em comunicar-se com a vencedora, as atas serão publicadas no site oficial do município, cujo endereço eletrônico é [www.vacaria.rs.gov.br](http://www.vacaria.rs.gov.br) link licitações, ou no diário oficial do estado e jornal do comércio, o qual é o utilizado como jornal de grande circulação.

3.9. Não serão levadas em consideração quaisquer vantagens não previstas neste edital.

3.10 - As propostas deverão atender a todos os termos do Edital, principalmente quanto ao objeto, prazo, condições de execução e pagamento.

3.11 - A apresentação da proposta pela licitante implica aceitação deste edital, bem como das normas legais que regem a matéria e, se por ventura a licitante for declarada vencedora, ao cumprimento de todas as disposições contidas nesta licitação.

3.12 - As propostas que não atenderem os termos deste Edital serão desclassificadas.

#### **4 - DA DOCUMENTAÇÃO - Envelope n.º 2**

A documentação deverá ser apresentada, em envelope lacrado (vide item 02), em 01 (uma) via, original ou cópia autenticada por Tabelião, ou, previamente, por servidor do setor de licitações, conforme subitem 12.9, ou publicação em órgão de imprensa oficial, os seguintes documentos:

##### **4.1. Habilitação Jurídica**

I - **Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social** e suas alterações, se houver, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, acompanhado, no caso de sociedade por ações, de documento de eleição de seus atuais administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício; ou decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, em vigor;

a) A licitante poderá apresentar a versão consolidada do documento solicitado no subitem 4.1.I, devendo vir acompanhado de todas as alterações posteriores, caso houver;

b) Ficará dispensada do documento solicitado no subitem 4.1.I a licitante que já o tiver apresentado, no presente certame, para fins de comprovação junto ao credenciamento;

c) Somente serão habilitadas as licitantes que apresentarem, além de toda a documentação exigida, o ramo pertinente ao objeto desta licitação no seu objeto social (Ato Constitutivo ou CRC);

d) As empresas portadoras do CRC (Certificado de Registro Cadastral) expedido pelo Setor de Licitações, do Município de Vacaria, em vigor e com todos os documentos em vigor (atualizados), poderão usá-lo em substituição aos documentos referidos nos subitens 4.1 ao 4.3, deste edital, podendo/devendo entregar uma cópia no credenciamento e outra no envelope de nº 02 (documentação) mais a habilitação técnica;

e) O CRC não será considerado para efeito de habilitação em certame licitatório, quando apresentar documentação com prazo de validade vencido, inclusive documentação

contábil. Neste caso, a licitante poderá providenciar, com antecedência, junto ao Setor de Licitações, as atualizações que se fizerem necessárias no CRC (mediante apresentação de cópias reprográficas autenticadas) OU anexar ao CRC (no envelope Documentação), os documentos atualizados, conforme subitem 12.9 deste edital;

f) As empresas não cadastradas como fornecedoras deste Município e que desejam fazê-lo, ou com o Certificado de Registro Cadastral (CRC) vencido, deverão providenciar o cadastramento até o 3.º dia anterior à data do recebimento das propostas deste certame, conforme previsto na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações;

II - Declaração da licitante de cumprimento ao **artigo 7.º, inciso XXXIII**, da Constituição Federal (conforme Anexo III), assinada por representante legal da empresa;

III - Declaração da licitante de **idoneidade**, sob as penas da lei, de que não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública (conforme Anexo IV), assinada por representante legal da empresa;

Obs.: As declarações citadas nos subitens 4.1.II e 4.1.III que não tenham sido assinadas por sócio-gerente ou diretor da empresa, identificado no CRC (Certificado de Registro Cadastral) ou no Ato Constitutivo, deverão vir acompanhadas de Procuração ou Credenciamento que conceda poderes ao signatário. Caso a procuração conste no credenciamento este ato fica suprido.

#### **4.2 - Habilitação Fiscal**

I - Prova de Regularidade com a Fazenda **Federal** (Certidão Negativa de Débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União), em vigor;

II - Prova de Regularidade com a Fazenda **Estadual**, em vigor;

III - Prova de Regularidade com a Fazenda **Municipal**, em vigor, conforme legislação tributária do Município expedidor da empresa que ora se habilita para este certame;

III.a - A Certidão deverá expressar de forma clara e objetiva, a situação da licitante em relação à totalidade dos tributos (Mobiliários e Imobiliários) a cargo da Fazenda Municipal. Mesmo no caso de a empresa não possuir imóvel em seu nome, ou seja, isenta de qualquer imposto municipal, deverá ser apresentada certidão emitida pela Fazenda Municipal.

Obs.: as certidões mencionadas nos subitens 4.2.I a 4.2.III que não expressarem o prazo de validade deverão ter a data de expedição não superior a 30 (trinta) dias;

IV - Prova de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, **FGTS**, em vigor, demonstrando a situação regular ao cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

V – Prova de Regularidade trabalhista, de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – **CNDT**;

VI - A licitante que se enquadrar no regime diferenciado e favorecido, previsto na Lei Complementar n.º 123/06, e que possuir restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, dispostas nos subitens 4.2.I a 4.2.V deste edital, terá sua habilitação condicionada

à regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da sessão pública que a declarar detentora da melhor oferta.

VI.a - O prazo citado no subitem 4.2.VI deste edital, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pela licitante durante o transcurso do respectivo prazo.

VI.b - O benefício de que trata o subitem 4.2.VI deste edital, não eximirá a licitante de apresentar na sessão pública todos os documentos exigidos para efeito da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, ainda que possua alguma restrição.

VI.c - A não regularização da documentação, no prazo fixado, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas no subitem 10.2.1III, deste edital.

Obs.: A situação das licitantes perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ-MF), conforme Instrução Normativa da RFB n.º 1.634, de 06 de maio de 2016 e alterações supervenientes, será consultada *online*, pelo Pregoeiro.

#### **4.3. Qualificação Econômico-Financeira**

I- Certidão Negativa de **Falência e Concordata**, em vigor, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. As certidões que não expressarem o prazo de validade deverão ter a data de expedição não superior a 30 (trinta) dias corridos da data de abertura do edital.

II – **Balanco patrimonial e demonstrações contábeis** do último exercício social, impresso e assinado por contador responsável, já exigível e apresentado na forma da Lei, para comprovação da boa situação da empresa, com termo de abertura e encerramento devidamente registrados na forma da lei, no local, por lei, pertinente (Junta Comercial, etc.) através de:

a) carimbo; ou

b) prova de que a autenticação pela Junta Comercial foi realizada pelo Sistema Público de Autenticação digital (SPED) – Termo de Autenticação.

Observação: É vedada substituição do balanço por balancete ou balanço provisório, podendo aquele ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

Ia - A comprovação da boa situação financeira far-se-á com base nos indicadores a seguir relacionados;

$$LC = \frac{AC}{PC} \text{ igual ou superior a } \underline{0,8}$$

$$LG = \frac{AC + ANC}{PC + PNC} \text{ igual ou superior a } \underline{0,8}$$

$$SG = \frac{AR}{PC + PNC} \text{ igual ou superior a } \underline{1,2}$$

---

Legenda:

LC = Liquidez Corrente  
AC = Ativo Circulante  
PC = Passivo Circulante  
LG = Liquidez Geral

ANC = Ativo Não circulante  
PNC = Passivo Não circulante  
SG = Solvência Geral  
AR = Ativo Real

---

**Composição do Ativo Real** - Ativo Total diminuído dos valores de duplicatas descontadas, despesas do exercício seguinte, empréstimo a coligadas/sócios/acionistas/diretores e Ativo Diferido.

**Classificação final das empresas** - As licitantes que apresentarem, no mínimo, dois dos três indicadores, iguais ou superiores aos estabelecidos neste item, obterão a classificação econômico-financeira, as demais serão inabilitadas.

Tendo em vista o que consta da Instrução Normativa da Receita Federal Brasileira nº 787/07, o SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores) foi alterado, no sentido de permitir que o Balanço Patrimonial do exercício 2008, referente ao ano-calendário de 2007, fosse considerado válido até maio de 2009, e o Balanço de 2017, ano-calendário de 2016, seja considerado válido até maio de 2018, e assim sucessivamente, independentemente do tipo de constituição da pessoa jurídica, tudo como forma de garantir a isonomia entre os participantes de licitações e as contratações da Administração Pública Federal. Esse procedimento, que foi adotado por alguns Estados da Federação, nos parece correto e será adotado também neste certame, decorrentes das modificações realizadas pela Instrução Normativa nº 787/07 substituída pela Instrução Normativa nº 1.420/13 e alterações, da Receita Federal.

**Justificativa dos índices adotados:**

LC – Liquidez Corrente: Calculada a partir da razão entre os direitos, a curto prazo, da empresa (Caixas, bancos, estoques, clientes) e as dívidas a curto prazo (Empréstimos, financiamentos, impostos, fornecedores). No Balanço estas informações são evidenciadas respectivamente como Ativo Circulante e Passivo Circulante. A partir do resultado obtido podendo fazer a seguinte análise: Resultado da Liquidez Corrente: Maior que 0,8: Resultado que demonstra folga no disponível para uma possível liquidação das obrigações; Se igual a 0,8: Os valores dos direitos e obrigações a curto prazo, são equivalentes; Se menor que 0,8: Não há disponibilidade suficiente para quitar as obrigações a curto prazo, caso fosse preciso.

LG - Liquidez Geral: Este índice leva em consideração a situação a longo prazo da empresa, incluindo no cálculo os direitos e obrigações a longo prazo. Estes valores também são obtidos no balanço patrimonial.

SG – Solvência Geral: Este índice mostra a capacidade de pagamento da empresa tomando como base o seu ativo total, “quanto maior melhor”.

#### **4.4 – Habilitação Técnica (I ao II):**

**I – Comprovação de aptidão da licitante através de atestado de capacitação técnica,** em nome da empresa (vide anexo VIII), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de que executou, satisfatoriamente, contrato de objeto compatível com o ora licitado, em características, quantidades e prazos, referentes principalmente a execução das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo:

a) Gerenciamento, administração, operação e fornecimento de vales-alimentação por cartão magnético ou tecnologia superior, compatível com o objeto do edital.

b) Quantidade de vales-alimentação/funcionários beneficiados, compatíveis com o objeto do edital;

c) Quantidade de estabelecimentos compatíveis com o objeto do edital;

**I.a – Cópia do contrato efetuado com a pessoa jurídica de que resulta o atestado acima.**

**ATENÇÃO:** Observações que devem ser cumpridas sob pena de inabilitação:

- Considera-se compatível o objeto cuja complexidade técnica seja similar ao objeto licitado e sua execução guarde proporcionalidade entre a quantidade executada e o período utilizado para tanto.
- O atestado de capacitação técnico-profissional deverá vir anexado a cópia do contrato (válido), efetuado com a pessoa jurídica (pública ou privada), que originou o mesmo. Não será aceito apenas o contrato, o mesmo deve vir junto com o atestado, indicando a execução satisfatória do serviço.

**II – Declaração formal de disponibilidade/relação explícita de que possui/possuirá** (vide anexo IX), no momento da contratação, credenciados, equipamentos, materiais e pessoal técnico especializado, adequado e suficiente, para o cumprimento do objeto deste edital.

**ATENÇÃO:** Observações que devem ser cumpridas sob pena de inabilitação:

- Entende-se por declaração formal, que a empresa se compromete com todas as disposições em lei, edital e memorial descritivo. Entende-se por relação explícita, que a empresa dispõe/disporá de credenciados, material, pessoal e equipamentos mínimos solicitados no edital. Os credenciados bem como o pessoal, máquinas e equipamentos, durante a execução do contrato, poderão ser substituídos por outros de qualidade, requisitos e técnicas similares ou superiores, desde que atendam às exigências mínimas para os serviços; (Vide artigo 30 §6º da Lei 8.666/93)
- Entende-se por pessoal técnico especializado, a especialidade na área do serviço compreendido, quando exigido (central de atendimento, manutenção de sites, cartões e equipamentos de validação, etc.);
- Os equipamentos/máquinas refletem funções ou capacidade;
- A disponibilidade não importa em propriedade ou localização, mas deverão estar livres e aptos para a realização dos serviços assim que forem necessários;
- ~~Deverá ser anexada à declaração de disponibilidade/relação explícita, uma relação prévia de estabelecimentos credenciados, compatível com o objeto deste edital (**Neste sentido: Acórdãos TCU nº 7.083/2010, 2ª Câmara - 2.547/2007, Plenário - 2.651/2007, - Plenário**). A comprovação do credenciamento desta relação poderá se dar através de uma das seguintes formas: Declaração, contrato, ajuste, ou termos equivalentes onde deverá constar, obrigatoriamente, o nome/razão social e nº de CNPJ de cada um dos credenciados, ramo de atividade, telefone, subentendendo-se que aceitam trabalhar com o Cartão Vale-Alimentação da Proponente.~~
- A declaração de disponibilidade/relação explícita, ~~bem como a relação prévia de credenciados~~ poderá se dar em um único documento.
- A fixação do número estimado de estabelecimentos credenciados, compatível com o objeto do edital, já foi tratada e respaldada por estudo técnico, inserido neste edital, no item 1.1.4 do memorial descritivo.

4.5 - Os documentos expedidos pela *Internet* poderão ser apresentados em forma original ou cópia reprográfica sem autenticação (com o respectivo código/link para certificação). Entretanto, estarão sujeitos a verificação de sua autenticidade por meio de consulta realizada pelo Pregoeiro.

4.6 - Todos os documentos apresentados deverão ser correspondentes unicamente à matriz ou à filial da empresa que ora se habilita para este certame licitatório. Os documentos devem ser em nome de uma única empresa (razão social e CNPJ).

4.7 - As empresas que emitirem declarações, ou utilizarem declarações de outras empresas, como requisitos necessários para as fases de classificação, habilitação e pagamento, ou qualquer outro procedimento do processo licitatório, se responsabilizarão pela autenticidade contida nas mesmas, sob as penas descritas em lei.

#### NOTA IMPORTANTE

1. Em caso de paralisação (*greve*) dos servidores de órgãos públicos Federais, Estaduais e Municipais, em qualquer esfera de Poder (Legislativo, Executivo e Judiciário), que impeça a expedição de documentos oficiais, a habilitação da licitante ficará condicionada à apresentação do documento que não pôde ser apresentado na data da abertura dos envelopes do certame, em até 5 (cinco) dias úteis após encerramento da greve.

1.1. No caso de apresentação de certidão positiva (ou documento que demonstre que a licitante está irregular perante determinado órgão), haverá a inabilitação em razão de fato superveniente, de acordo com o previsto no artigo 43, parágrafo 5.º, da Lei n.º 8.666/93.

1.2. Caso já esteja estabelecida a relação contratual (nota de empenho e/ou contrato), vindo o contratado apresentar certidão positiva (ou documento que demonstre que a licitante está irregular perante determinado órgão), ocorrerá a rescisão contratual, por inadimplemento de cláusula do contrato, conforme artigo 55, inciso XIII c/c artigo 78, I, da Lei n.º 8.666/93.

#### RESUMO:

- *Credenciamento (Em mãos ou envelope nº 03):*
  - *Contrato Social ou CRC;*
  - *Cópia do RG se for sócio gerente, caso contrário, o Credenciamento ou Procuração*
  - *Declaração que cumpre com os requisitos de habilitação;*
  - *Declaração de ME/EPP (Se for o caso)*
  
- *Proposta (Envelope nº 01) – Toda a cláusula 03 do edital;*
- *Habilitação (Envelope nº 02) – Toda a cláusula 04 do edital;*

## **5 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO**

5.1. No julgamento observar-se-á o disposto no artigo 4.º, inciso X, da Lei n.º 10.520/02.

5.2. O Pregoeiro considerará vencedora a proposta de MAIOR LANCE/OFERTA para o lote.

5.3. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente edital e da lei pertinente às licitações.

## **6 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

6.1. Caso não haja recurso (s), o Pregoeiro, adjudicará o lote do certame à licitante vencedora, encaminhando o processo para homologação pelo Sr. Prefeito Municipal a(s) proponente(s) que apresentar(em) a(s) proposta(s) de acordo com a(s) especificação(ões) do edital e ofertar(em) o(s) maior(es) lance(s)/oferta(s).

6.1.1. Caso haja recurso, os interessados poderão apresentar as razões do recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados do dia subsequente à realização do Pregão, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a contar do primeiro dia útil após o término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

6.1.2. Caso as licitantes interpuserem recursos administrativos por meio de fac-símile, estes deverão ser transmitidos ao Pregoeiro dentro do prazo recursal e seus originais, protocolados e entregues no Setor de Licitações, em até 2 (dois) dias úteis da data do término do prazo recursal, sob pena de ser considerado deserto ou prejudicado.

6.1.3. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do lote da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

6.1.4. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

6.2. Ao Município fica assegurado o direito de revogar ou anular a presente licitação, em parte ou no todo, em decisão justificada. Em caso de revogação ou anulação parcial do certame, o Município poderá aproveitar as propostas nos termos não atingidos pela revogação ou anulação e na estrita observância aos critérios de julgamento previstos neste edital, nas Leis n.º 8.666/93 e suas alterações, n.º 10.520/02 e Decreto Municipal n.º 50/05.

## **7 – DAS CONDIÇÕES E DO PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO**

7.1. Esgotados todos os prazos, o Município, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da data de entrega dos envelopes, convocará a vencedora para assinar o contrato - caso o Município não opte pela entrega única e imediata - que deverá firmar a contratação no prazo instituído no subitem 7.1.1 deste edital, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no subitem 10.2.2, inciso IV deste edital.

7.1.1. O contrato será elaborado com base na minuta e edital. A licitante vencedora terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para assinatura do contrato, contados da data de convocação feita, por escrito (e-mail, AR ou Fax), pelo Município, sob pena da aplicação de multa conforme item 10.2.2, IV, independente da sanção prevista no item 10.3, de acordo com o Artigo 81 da Lei 8.666/93 e Artigo 7º da Lei 10.520/02

7.2. O contrato advindo desta licitação entrará em vigor na data da assinatura e vigorará até, quando for o caso, o final especificado pelo município da (garantia, assistência técnica, validade, entrega, serviço, exercício financeiro, etc.), podendo ser prorrogado a critério da administração ou rescindido por uma das causas de inexecução contratual. Caso o contrato ultrapasse doze meses, além de novo pagamento pela outorga, o mesmo deverá ser reajustado monetariamente pelo IPCA/IBGE, ou outro índice oficial que vier a substituí-lo.

7.3. A contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, contados da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades previstas, consoante artigo 56, *caput*, § 1.º, 2.º e 4.º da lei regradora, no valor de 5% (cinco por cento) do valor global estimado do contrato.

7.3.1. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas ou pagamento pela outorga;
- b) prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- d) obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada;

7.3.2. A modalidade de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nos itens do subitem 7.3.1;

7.3.3. Caso a licitante opte pela carta de fiança bancária ou seguro garantia, esta deverá ser apresentada no seu original e terá validade por todo o período de execução do contrato, devendo ser renovada a cada prorrogação deste;

7.3.4. Caso a licitante opte pelo depósito em moeda corrente, esta deverá avisar o Município, por escrito, para que possa fornecer a conta específica, com correção monetária;

7.3.5. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

7.3.5.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe os incisos I e II do Artigo 78 da Lei 8.666/93, além da multa conforme item 10.2.2, IV, independente da possibilidade de aplicação da pena prevista no item 10.3.

7.4. A garantia prestada será liberada ou restituída, ao término da vigência do contrato, se não utilizada nas formas do Artigo 86, §3º, da Lei 8.666/93. Reverterá a garantia a favor do Município, também, no caso de rescisão do contrato por culpa exclusiva da licitante vencedora, consoante Artigo 78 da Lei 8.666/93, sem prejuízo do Município cobrar indenização por perdas e danos porventura cabíveis.

7.4.1. Se a multa por inexecução for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

7.5. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias neste certame em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.6. O Município de Vacaria poderá se utilizar dos benefícios do art. 57 da lei nº 8.666/93, caso tenha interesse.

7.7. Caso a licitante vencedora se recuse a prestar a caução ou assinar o contrato (não se eximindo das sanções do edital), será convocada a segunda classificada, intimando-se as demais participantes da fase de lances para que, em sessão pública, seja examinada a última oferta válida e verificada a aceitabilidade da proposta, sem prejuízo das sanções cabíveis, e assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital. O Pregoeiro poderá negociar para que seja obtido preço melhor, e, após, procederá à habilitação da licitante detentora da melhor oferta.

7.8. O contrato a ser assinado terá como base a minuta integrante deste edital (Anexo VII).

## **8 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

8.1 – Pela outorga dos serviços de administração da gerência e fornecimento dos vales alimentação, a licitante vencedora, de maior oferta, repassará ao Município a quantia final adjudicada neste certame (estabelecida conforme resultado do pregão) que contempla o período de 12 (doze) meses de contrato;

8.1.1 – O valor adjudicado poderá ser parcelado em 12 (doze) vezes, ou seja, uma parcela do montante total por mês de contrato, em quotas iguais. A título exemplificativo, a licitante pagará mensalmente ao Município a parcela mínima de administração que parte de R\$ 17.404,33 (Dezessete mil, quatrocentos e quatro reais e trinta e três centavos), totalizando R\$ 208.851,96 por 12 (doze) meses de contrato, porém, o valor que vigorará será o valor estabelecido conforme resultado do pregão, não podendo ser inferior a este;

8.2.2 – O pagamento mensal da outorga deverá ser efetuado antecipadamente, no dia 25 (vinte e cinco) de cada mês, em conta específica do Executivo Municipal de Vacaria, a ser fornecida pela SGF. A licitante deverá encaminhar à fiscalização do contrato o comprovante de pagamento da parcela até o último dia útil do mês ao qual se refere;

8.2.3 – Em caso de atraso no pagamento, motivado exclusivamente pela licitante, ocorrerá multa moratória onde o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento, até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) por dia corrido de atraso, sobre o valor total da nota de empenho, até o máximo de 05 (cinco) dias de atraso (vide item 10.2.1). Após esse prazo poderá ser rescindido o contrato e imputado a licitante as penas previstas no item 10.3.1. Em caso de inexecução contratual, poderá ser aplicada a multa no percentual de 10% (dez por cento) sobre a respectiva fatura/contratação, acrescida de correção monetária e juros de mora de 12% (doze por cento) ao ano.

8.3. Ao emitir a nota fiscal, a empresa deverá fazer constar nos dados, sob pena de retificação: 1 - Município de Vacaria; 2 – Número do edital (**Pregão Presencial nº 13/2018**); 3 - Número do (s) item (s) constantes na ordem sequencial do objeto no anexo II; 4 - A especificação do (s) item (s); 5 - Número do (s) empenho (s) correspondente (s), sob pena de ter de refazê-la. Atentem para a confecção da Nota fiscal eletrônica, conforme protocolo ICMS 42/09 e alterações. Dúvidas [nfe@sefaz.rs.gov.br](mailto:nfe@sefaz.rs.gov.br). Qualquer dúvida, entrar em contato com o Setor de Pagamentos pelo fone nº (054) 3231 6415 ou, transmiti - lós via e-mail para o endereço eletrônico – [pagamentos@vacaria.rs.gov.br](mailto:pagamentos@vacaria.rs.gov.br).

8.4. Para fins de adjudicação, homologação e empenho, o preço do lote poderá sofrer, automaticamente, uma pequena variação para mais, resultante da necessidade de ser obtido valor unitário com duas casas decimais, sendo que serão desconsideradas todas as casas posteriores à segunda.

## **9 – PRAZO DE EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO**

9.1. Para a fiscalização do objeto desta licitação, o Município designa o Secretário de Gestão e Finanças e o Funcionário Carlos Eduardo do Departamento de Pessoal ou outro expressamente designado por estes, que fará a fiscalização nos termos do artigo 73, I (serviço de obras e serviços) e II (compras), "a" e "b", da Lei n.º 8.666/93, da seguinte forma:

a) provisoriamente, no ato de cada parcela executada, para efeito de posterior verificação da conformidade com o solicitado na licitação;

b) definitivamente, com a emissão do respectivo Termo de Recebimento, após a verificação da qualidade, quantidade e características do material/serviço e consequente aceitação, no prazo máximo de 5 (cinco) dias consecutivos contados após o recebimento provisório, nos termos do subitem 9.1.a.

*Obs.: quando da verificação, se o material/serviço não atender às especificações solicitadas, serão aplicadas as sanções previstas no subitem 10.2.1, deste edital*

9.2. O prazo de contrato pela outorga da gestão da administração dos vales alimentação se dará pelo período de um ano, ou seja, 12 (doze) meses.

9.3. Se a Administração entender conveniente e vantajoso, o contrato poderá ser prorrogado, desde que haja pela licitante novo repasse do valor adjudicado (maior oferta), ou seja, a cada 12 (doze) meses, até o limite legal, devendo ser reajustado, observado o interregno mínimo de um ano, contado do primeiro reajuste ou a partir da data da apresentação da proposta, com base na variação do IPCA/IBGE ou outro indexador oficial que venha a substituí-lo.

## **10 - DAS SANÇÕES**

### **10.1 – ADVERTÊNCIA**

A penalidade de ADVERTÊNCIA poderá ser aplicada nas seguintes hipóteses:

10.1.1 - Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente ou na licitação, desde que não acarrete prejuízos para a entidade, independentemente da aplicação de multa moratória.

10.1.2 - Outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento dos serviços da entidade, independentemente da aplicação de multa moratória.

### **10.2 – MULTA**

A entidade poderá aplicar à licitante ou contratada, multa moratória e multa por inexecução contratual:

#### **10.2.1 - MULTA MORATÓRIA**

A multa moratória poderá ser cobrada pelo atraso injustificado, entrega/serviço em desacordo com o solicitado no objeto ou de prazos estipulados no Edital para os compromissos assumidos.

I - A multa moratória será de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) por dia corrido de atraso, sobre o valor da NOTA DE EMPENHO, até o máximo de 05 (cinco) dias de atraso. Após esse prazo, poderá, também, ser rescindido o contrato e/ou imputada à licitante vencedora a pena prevista no item 10.3.1, pelo prazo de até 60 (sessenta meses).

II – A multa moratória será de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) pela entrega/serviço em desacordo com as exigências do edital, sobre o valor total da NOTA DE EMPENHO, por infração, com prazo de até 05 (cinco) dias consecutivos para a efetiva adequação. Após (duas) infrações e/ou após o prazo para adequação, poderá, também, ser rescindido o contrato e/ou imputada à licitante vencedora a pena prevista no item 10.3.1, pelo prazo de até 60 (sessenta meses).

III – A multa moratória será de 10% (dez por cento), pela não regularização da documentação referente à regularidade fiscal, no prazo previsto neste edital, por parte da licitante detentora da melhor proposta, e poderá, também, ser imputada à licitante vencedora a pena prevista no item 10.3.1, pelo prazo de até 60 (sessenta meses).

#### **10.2.2 - MULTA POR INEXECUÇÃO CONTRATUAL**

I - A multa por inexecução contratual poderá ser aplicada no percentual de 10% (dez por cento) sobre a respectiva fatura/contratação, acrescida de correção monetária e juros de 12 (doze por cento) ao ano.

II – Em caso de inexecução parcial do contrato/fatura a multa será aplicada sobre o valor do respectivo inadimplemento.

III – Além da multa, poderá ser aplicada a cobrança por prejuízos efetivamente sofridos, desde que restarem comprovados através de processo administrativo especial a relação de causalidade.

IV – O atraso injustificado na assinatura do contrato ou a rescisão do mesmo por culpa da contratada implicará em multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta, até o máximo de 05 (cinco) dias de atraso. Após esse prazo, poderá, também, ser rescindido o contrato e/ou imputada à licitante vencedora a pena prevista no item 10.3.

### 10.3 – IMPEDIMENTO DE LICITAR

10.3.1 - Nos termos do Art. 7º da Lei nº. 10.520/02, a licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses, impedida de licitar e contratar com a Administração Pública e ter cancelado o Registro Cadastral de Fornecedores do Município de Vacaria, nos casos de:

- a) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- b) retardamento na execução do objeto ou pagamento da outorga;
- c) não-manutenção da proposta ou lance verbal;
- d) fraude ou falha na execução do contrato.
- e) comportamento inidôneo ou cometer fraude fiscal;

10.4 - As penalidades previstas neste Edital poderão ser aplicadas, isoladas ou cumulativamente, sem prejuízos de outras sanções cabíveis, sendo facultado a licitante o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas no item 10 deste edital.

## 11 - DO PROCEDIMENTO

11.1. Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura do certame, os interessados poderão solicitar, por escrito, esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório.

11.2. No dia, hora e local designados neste edital, será realizada sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, devendo o interessado ou seu representante legal proceder ao respectivo credenciamento, nos termos do subitem 2.1.

11.3. Feito o credenciamento das licitantes e na presença delas e demais presentes à Sessão Pública do Pregão, o Pregoeiro receberá os envelopes n.º1-Proposta e n.º2- Documentação, procederá a abertura do envelope contendo a proposta e classificará o autor da proposta de maior lance/oferta e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e inferiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de maior preço.

11.4. Quando não forem verificadas, no mínimo, 3 (três) propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem 11.3, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 3 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

11.5. Será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e crescentes.

11.6. O Pregoeiro convidará, individualmente, as licitantes classificadas, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, iniciando pelo autor da proposta classificada de menor oferta e as demais, em ordem crescente de preço. Em caso de empate entre duas ou mais propostas e, não havendo mais lances de maior oferta, será realizado o sorteio.

**11.6.1. Os lances serão pelo MAIOR LANCE/OFERTA, pela outorga da exploração da administração dos vales-alimentação dos servidores do Executivo Municipal de Vacaria/RS pelo período de 1 (um) ano, ou seja, 12 (doze) meses.**

**11.6.2. O incremento mínimo de lances será de R\$ 1.000,00 (mil reais) do total de cada lance. Vide também item 8.4.**

11.7. Encerrada a sessão de lances, será verificada a ocorrência do empate ficto, previsto no art. 44, § 2.º, da Lei Complementar n.º 123/06, sendo assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

11.7.1. Entende-se como empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas licitantes sejam inferiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de maior oferta.

11.8. Ocorrendo o empate ficto, proceder-se-á da seguinte forma:

11.8.1. A licitante beneficiada pela Lei Complementar n.º 123/06, detentora da proposta de menor valor, será convocada para apresentar, no prazo de até 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, nova proposta, superior àquela considerada de maior oferta;

11.8.2. Se a licitante não apresentar nova proposta, será facultada, pela ordem de classificação, igual direito às demais microempresas e empresas de pequeno porte remanescentes, no mesmo prazo citado no subitem 11.8.1, deste edital.

11.8.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo do item 11.7.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifiquem aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

11.8.4. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no item 11.7 e 11.8, se existir mais de um licitante com propostas idênticas, será dada preferência aos bens/serviços, pela ordem:

- a) Produzidos no País;
- b) Produzidos ou prestados por empresas brasileiras; e
- c) Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país;

11.9. O disposto nos subitens 11.7 e 11.8 não se aplica às hipóteses em que a proposta de melhor oferta tiver sido apresentada por licitante enquadrada no regime da Lei Complementar n.º 123/06.

11.10. Não poderá haver desistência da proposta ou dos lances já ofertados, após abertos os envelopes n.º 1 - proposta, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades constantes no item 10.3.1c deste edital.

11.11. A desistência de apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará exclusão da licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas.

11.12. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de melhor oferta e o valor estimado pela Administração.

11.12.1. Em havendo apenas uma oferta, desde que atenda a todos os termos do edital e seu preço seja compatível com os praticados no mercado, esta poderá ser aceita, devendo o Pregoeiro negociar para que seja obtido o preço melhor.

11.13. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada quanto ao objeto e preço, decidindo motivadamente a respeito.

11.14. Sendo aceitável a proposta de maior lance/oferta, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

11.15. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o lote do certame.

11.16. Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes verificando a sua aceitabilidade, procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o lote.

11.17. Nas situações previstas nos subitens 11.14 e 11.16, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

11.18. Todos os documentos serão colocados à disposição dos presentes para livre exame e rubrica.

11.19. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, observando o disposto no subitem 6.1.3, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a contar do primeiro dia útil após o término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.20. O recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

11.21. Decididos os possíveis recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará e homologará o lote à licitante detentora da melhor oferta do certame.

11.22. Caso, excepcionalmente, seja suspensa ou encerrada a sessão antes de cumpridas todas as fases preestabelecidas, os envelopes, lacrados e devidamente rubricados pelo Pregoeiro e pelos representantes credenciados, ficarão sob a guarda do Pregoeiro, sendo exibidos às licitantes na reabertura da sessão ou na nova sessão previamente marcada para prosseguimento dos trabalhos, na qual será obrigatória a presença de todas as licitantes, sob pena de desclassificação da proposta e decadência dos direitos das mesmas, inclusive quanto a recursos.

## **12- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **12.1. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

As despesas decorrentes do fornecimento do material correrão por conta da dotação orçamentária:

Todas as Secretarias  
33904600 – Auxílio Alimentação

12.2. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

12.3. Todos os documentos deverão ser apresentados, se possível, em folha tamanho A4, a validade de proposta será de 60 (sessenta) dias.

12.4. Uma vez iniciada a sessão, não serão admitidas à licitação participantes retardatárias.

12.5. Da sessão de abertura lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual se mencionará tudo o que ocorrer no ato. A ata será assinada pelo Pregoeiro, pela equipe de apoio e pelos representantes credenciados.

12.6. Só terão direito a usar a palavra, rubricar a documentação e as propostas, apresentar reclamações ou recursos e assinar atas, as licitantes ou seus representantes credenciados, o Pregoeiro e equipe de apoio.

12.7. Não será concedido prazo para apresentação de documentos e propostas exigidos no edital e não-apresentados na reunião de recebimento, salvo o disposto no artigo 48, parágrafo 3.º, da Lei n.º 8.666/93.

12.8. Não serão aceitas documentações, propostas e impugnações enviadas por fac-símile ou qualquer outro meio eletrônico de transmissão de dados e/ou apresentados em papel térmico do tipo usado em aparelhos de fac-símile.

12.9. Os documentos apresentados na forma de cópias reprográficas deverão estar autenticados, exceto o disposto no subitem 4.5. A autenticação dos documentos feita pelo Setor de Licitações deverá ser solicitada até, no máximo, o dia útil anterior à data marcada para a abertura da presente licitação, não sendo feita nenhuma autenticação na data da

abertura. Caso a licitante não autenticar os documentos junto ao Setor de Licitações até a data mencionada, deverá fazê-lo em cartório.

12.10. Os envelopes contendo a documentação habilitatória das licitantes classificadas para a fase de lance permanecerão em poder do Pregoeiro, durante o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da apresentação das propostas. Se não forem retirados em até 30 (trinta) dias após aquele prazo, serão inutilizados.

12.11. Servidores, assim considerados aqueles do artigo 84, *caput* e parágrafo 1.º, da Lei n.º 8.666/93, estão impedidos de participar deste certame licitatório, (tanto como membros da diretoria da empresa ou como do quadro de funcionários desta), por determinação do artigo 9.º, inciso III, da Lei n.º 8.666/93.

12.12. A simples irregularidade formal, que não afete o conteúdo ou a idoneidade da proposta, a juízo da Comissão, não implicará a desclassificação da licitante.

12.13. O processo licitatório encontra-se à disposição dos interessados no setor de licitações ou pelo site [www.vacaria.rs.gov.br](http://www.vacaria.rs.gov.br), link licitações.

12.14. O Município, mediante prévia notificação, poderá determinar que a fornecedora proceda a substituição do produto fornecido no prazo de 05 (cinco) dias, caso o mesmo não esteja de acordo com o licitado, sem qualquer ônus para a Administração. Caso a licitante não cumpra o determinado serão impostas as penalidades previstas no presente edital e no artigo 87 da Lei 8.666/93, bem como o pagamento ficará retido como garantia do adimplemento de eventual multa aplicada.

12.15. Fazem parte deste edital:

Anexo I	- Modelo de Credenciamento.
Anexo II	- Formulário Padrão para Preenchimento da Proposta/Termo de Referência.
Anexo III	- Declaração de Cumprimento ao Artigo 7.º, Inciso XXXIII, da CF.
Anexo IV	- Declaração de Idoneidade.
Anexo V	- Declaração de Enquadramento para ME e EPP
Anexo VI	- Declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação
Anexo VII	- Minuta de Contrato.
Anexo VIII	- Atestado de Capacitação Técnica
Anexo IX	- Declaração formal de disponibilidade/Relação explícita

12.16. Para maiores informações:

- a) Setor de licitações, Edital: (54) 3231-6410, Ronerson Bueno, Lisiane de Oliveira;
- b) informações de Cadastro - CRC: (54) 3231-6410, João Alfredo Leite;
- c) fac-símile Setor de Licitações: (54) 3232-2426

Obs.: Informações por telefone, somente no horário de externo, ou seja, das 10h às 16h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

Vacaria, 22 de maio de 2018.

Carlos Máximo Golin Paim Filho  
Procurador Geral do Município  
Delegação por prerrogativa do Decreto Municipal nº 68/2018

# ANEXO I

(MODELO)

AO (À) PREGOEIRO (A)  
REF. PREGÃO PRESENCIAL ...../201.....

## CREDENCIAMENTO

Pelo presente, credenciamos o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade com RG n.º \_\_\_\_\_, para participar em procedimento licitatório, consistente no Pregão Presencial n.º ...../2018, podendo praticar todos os atos inerentes ao referido procedimento, no que diz respeito aos interesses da representada, inclusive os poderes para formular lances, negociar preços, interpor e desistir de recursos em todas as fases licitatórias.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

---

Nome completo e assinatura do representante legal da empresa  
CPF  
RAZÃO SOCIAL  
CNPJ

**ANEXO II**

(MODELO)

**FORMULÁRIO PADRÃO PARA PREENCHIMENTO DA PROPOSTA  
REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL N.º 13/2018**

RAZÃO SOCIAL: \_\_\_\_\_

CNPJ-MF: \_\_\_\_\_

FONE: \_\_\_\_\_

EMAIL: \_\_\_\_\_

LOTE	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL PELA OUTORGA	INCREMENTO MÍNIMO POR LANCE
1.	01	<p>Contratação de empresa especializada para o serviço de gerenciamento e fornecimento de Vales-Alimentação, mediante o pagamento, para o Executivo Municipal de Vacaria/RS, pela outorga da exploração da Administração dos Vales-Alimentação dos servidores.</p> <p>Quantidade estimada de cartões 1.520.</p> <p>Quantidade estimada de repasse mensal do Município aos servidores R\$ 650.560,00 a ser administrado pela licitante.</p> <p>Quantidade estimada a ser disponibilizada em cada cartão R\$ 428,00.</p> <p>Demais especificações e obrigações conforme memorial descritivo Anexo II.1.</p>	<b>R\$ 17.404,33</b>	<b>R\$ 1.000,00</b>
<b>VALOR GLOBAL DA OUTORGA (12 MESES): R\$ 208.851,96 (Duzentos e oito mil, oitocentos e cinquenta e um reais e noventa e seis centavos)</b>				

Prazo de execução 12 (doze) meses. Validade da proposta 60 dias.

LOCAL E DATA: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Nome completo e assinatura do representante legal da empresa  
CPF

VER ANEXO II.1

## ANEXO II.1

### MEMORIAL DESCRITIVO/REFERENCIAL TEÓRICO

#### DA JUSTIFICATIVA

O Município de Vacaria/RS vinha por muito tempo utilizando-se de editais para administração de vale alimentação com taxa negativa.

Através do Pregão Presencial nº 17/2013, o Município realizou licitação para contratação de empresa para gerenciamento de vales-alimentação, com julgamento de menor taxa e/ou taxa negativa, sendo este edital motivo de referência para muitos Municípios do Estado pelos seguintes motivos:

No referido edital obtivemos a participação de três licitantes (Banrisul, Senffnet e Onecard Expertise), com um resultado muito satisfatório, contratando a última com a taxa negativa de (menos) – 3,01% na administração. Dentro deste percentual, aplicado no montante repassado para gerenciamento, o Município vinha obtendo um retorno financeiro entre R\$ 16.000,00 à R\$ 18.000,00 (dezesseis a dezoito mil reais) mensais pela entrega da exploração da administração dos vales.

Na iminência de renovação de edital, tendo em vista o término do contrato, recebemos a notícia da atual contratada que, através da Portaria nº 1.287/2018 DOU, do Ministério do Trabalho, as prestadoras de serviço, no âmbito do PAT, não poderiam mais trabalhar com taxas negativas. Redação abaixo:

*PORTARIA Nº 1.287, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017*

*Dispõe sobre a vedação de cobrança, pelas empresas prestadoras, de taxas de serviço negativas às empresas beneficiárias do Programa de Alimentação do Trabalhador.*

*O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal e considerando o estabelecido no art. 2º da Portaria Interministerial nº 05, de 30 de novembro de 1999, resolve:*

*Art. 1º No âmbito do Programa de Alimentação do Trabalhador, é vedada à empresa prestadora a adoção de práticas comerciais de cobrança de taxas de serviço negativas às empresas beneficiárias, sobre os valores dos créditos vinculados aos documentos de legitimação.*

*Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.*  
*RONALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA*

Esta portaria trouxe um impasse tanto para a atual prestadora, pois não poderá desrespeitar a referida portaria, como para o Município que teria o prejuízo por influência da possível impossibilidade do retorno financeiro com a administração do vale alimentação.

Diante deste impasse, o Município foi atrás de alternativas e, após consulta ao TCE/RS, pela PGM despacho contracapa processo nº 2082/18, e editais análogos, chegamos a alternativa mais viável para ambos os casos que é a venda da outorga da exploração da administração dos vales-alimentação, mediante edital de MAIOR LANCE/OFERTA. Procedimento aceito também pelo TCU vide acórdão nº 478/2016, nº 3.042/2008, nº 2.050/2014, nº 2.844/2010.

Para chegarmos a um valor total estimado do cômputo de quanto valeria monetariamente essa outorga, pesquisamos as últimas faturas de contrato referentes a um ano e chegamos a média mensal estimada, mínima, de R\$ 17.404,33 e global de R\$ 208.851,96.

Sapientes de que a oferta à vista do valor de outorga seria muito oneroso para as licitantes e/ou poderia afugentar possíveis interessados, a Administração Pública optou por parcelar-la pelo prazo de duração do contrato, o que, na prática, assemelha-se aos valores de contrato em vigência.

## DO OBJETO

1 - Contratação de empresa especializada para o serviço de gerenciamento e fornecimento de Vales-Alimentação, mediante o pagamento, para o Executivo Municipal de Vacaria/RS, pela outorga da exploração da Administração dos Vales- Alimentação dos servidores.

## DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

1.1 - Os serviços visam a atender o Programa de Vale Alimentação, Lei Municipal nº 2.159/2004, aos servidores públicos ativos (efetivos, celetistas e cargos em comissão) do Poder Executivo Municipal.

1.1.1 - A participação do Programa depende da anuência expressa do servidor. O funcionário que faltar ao trabalho, estiver no gozo de férias, licenças ou afastamentos, não terá direito à percepção do Vale-Alimentação durante os dias não trabalhados. As possíveis despesas do Município, decorrentes da operacionalização e execução decorrentes do Programa serão cobertas por desconto mensal da importância fixa de **R\$ 3,00** (três reais) por participante.

1.1.2 – O valor inicial do crédito mensal, disponibilizado pelo Município, por cartão magnético é de **R\$ 428,00** (quatrocentos e vinte e oito reais) que serão repassados mensalmente, pela licitante, aos servidores, entre os dias 01 e 05 de cada mês. O Município repassará a empresa, salvo força maior, os valores a serem creditados para os servidores municipais entre os dias 01 e 05 de cada mês, para que a mesma realize o serviço no prazo estipulado, sempre após o repasse, sob pena de multa para a mesma (vide item 10.2 do edital).

1.1.3 – O valor do benefício concedido a cada funcionário poderá ser revisto e atualizado a qualquer tempo pela administração, mediante Lei específica.

1.1.4 - O Município possui atualmente o serviço de vales-alimentação aceito em vários comércios da região e acima de 30 (trinta) estabelecimentos credenciados dentro da zona urbana da cidade. Dados levantados pelo setor de pessoal do Município (temos também a relação fornecida pela atual prestadora de serviços anexo ao edital).

1.1.4.1 – Entendemos que a atual prestação de serviços do Município está satisfatória, acima da regra objetiva de número estimado de estabelecimentos credenciados (rede credenciada), por município, representada na tabela a seguir:

População do Município fonte: IBGE/DOU (em habitantes).	Número estimado de estabelecimentos credenciados, por Município, levando em consideração os Municípios da região dos Campos de Cima da Serra e Capital. Fonte: Pesquisa (sites, notícias e relação de credenciados da atual prestação dos serviços).
Abaixo de 10.000	01
De 10.001 a 20.000	02
De 20.001 a 30.000	03
De 30.001 a 40.000	05
De 40.001 a 50.000	15
<b>De 50.001 a 70.000</b>	<b>25</b>
De 70.001 a 100.000	30
De 100.001 a 500.000	40
De 500.001 a 1.000.000	50
Acima de 1.000.000	75

Obs.:

- O grifo representa a faixa populacional do Município de Vacaria/RS;
- Frise-se que este estudo com relação à média estimada foi constatado após consulta em sites, notícias, relação de credenciados da atual prestadora de serviços e consulta a Municípios da região dos campos de cima da serra e Capital;

1.1.4.2 - Para efeito de contratação, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar, no mínimo, uma relação de credenciados igual ou superior a regra objetiva, conforme estudo estabelecida na cláusula (1.1.4.1), anexado das respectivas cópias dos contratos e/ou termos equivalentes, onde deverão constar o nome/razão social, CNPJ, endereço, ramo de atividade, telefone e nome do responsável legal, onde aceitam a trabalhar com o Cartão Vale-Alimentação da Licitante. Este prazo poderá ser prorrogado, uma única vez, por até 10 (dez) dias úteis, desde que a solicitante apresente justificativa plausível de que tenha ocorrido força maior e desde que esta prorrogação seja aceita pela SGF. Esta cláusula deverá levar em conta as demais disposições de serviço deste memorial descritivo. O descumprimento desta cláusula, poderá ensejar as penalidades constantes na cláusula 10 do edital, independentemente de multa, e rescisão contratual, conforme item 1.7, alínea “c” do memorial descritivo e levantamento da caução item 7.3.1, alínea “a” e “b” do edital.

1.1.5 – A licitante deverá disponibilizar de meio eletrônico, preferencialmente internet, que possibilite aos usuários a verificação de saldos, extratos (estabelecimento, valor e data), consulta a rede de filiados, solicitação de cartões, bloqueios, cancelamentos. Deverá disponibilizar, também, sistema de telefonia (central de atendimento), para prestar os serviços supramencionados, com horário de funcionamento de 24h (vinte e quatro horas), 07 (sete) dias por semana.

## **DOS CARTÕES**

**1.2 –** A quantidade estimada de servidores e conseqüentemente de cartões vales-alimentação é de 1.520 (Uns mil quinhentos e vinte cartões);

1.2.1 – A quantidade de cartões magnéticos referidos no item 1.2 deste edital é meramente estimativa, não havendo vinculação com as quantidades de vales a serem efetivamente solicitados e fornecidos, pois podem haver provimentos e vacâncias;

1.2.2 – Cada funcionário deverá receber da empresa, no mínimo, 01 (um) cartão magnético para vale alimentação, sem ônus para o Município, sendo que os valores mensais creditados (item 1.1.2) poderão ser acumulados, sem prazo de validade para retirada.

1.2.3 – A entrega dos primeiros cartões magnéticos deverá ser de, no máximo, 15 (quinze) dias úteis após a assinatura do contrato, para todos os servidores relacionados em documento fornecido pelo Poder Executivo Municipal a ser enviado à contratada. O prazo estipulado poderá ser prorrogado desde que devidamente justificado e aceito pela Administração. Em caso de descumprimento, poderá ser cobrada multa (vide item 10.2 do edital).

1.2.4 – Os cartões magnéticos deverão possuir as seguintes características mínimas:

a) Confeccionado em plástico tipo PVC ou material superior, personalizado com a logomarca da proponente, telefone de serviços (central de atendimento);

- b) Nome do usuário;
- c) Número sequencial de controle individual;
- d) Tarja magnética ou tecnologia superior, desde que aceitos nas máquinas atuais vigentes no comércio;
- e) Alta durabilidade e segurança;

1.2.5 – Os cartões magnéticos deverão possuir proteção por senha pessoal, número sequencial de controle individual e, se possível, dispositivos de segurança e controle para impedir a sua falsificação.

1.2.6 – No caso de deterioração, perda, roubo, furto, extravio ou imperfeições, o funcionário terá direito a, pelo menos, uma reposição anual, sem ônus, durante a execução de contrato. Nesses casos, o cartão deverá ser fornecido com reemissão de senha e disponibilizado no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis a contar da data de solicitação, por escrito, do setor responsável de pessoal, do Poder Executivo Municipal. Ao receber o novo cartão, os créditos acumulados deverão estar disponíveis.

1.2.7 – Os cartões deverão ser entregues em envelopes individuais, com manual básico de utilização e com senha para utilização ou com senha pré-definida. Estas deverão estar previamente bloqueadas para desbloqueio posterior pelo próprio servidor ou sistema de desbloqueio, seguro, através de site ou central de atendimento.

## DOS SERVIÇOS ESPECÍFICOS

**1.3** – A licitante deverá manter durante a execução do contrato uma rede de credenciados que atendam a demanda mínima do Município, sob pena de rescisão contratual. Sempre que solicitado pela Administração Municipal, a licitante deverá comprovar e repassar a relação de estabelecimentos credenciados para aceitação do vale-alimentação, nas quantidades compatíveis exigidas no edital (vide item 1.1.4).

1.3.1 – A licitante, sempre que possível, deverá manter nos estabelecimentos credenciados e/ou afiliados à sua rede, indicação de adesão por meio de placas, selos identificadores, banners ou adesivos.

1.3.2 – A licitante, durante a execução do contrato, deverá cobrar de seus estabelecimentos credenciados, sob pena de rescisão contratual em caso de descumprimento, as **taxas usuais do mercado**, procurando sempre não ultrapassar a média das demais administradoras concorrentes, caso a sua não seja a mais atrativa, sem nenhum custo adicional como: a) Aluguel/locação por máquina; b) Valor adicional por venda; c) Taxa de anuidade; d) Taxa de chamada telefônica; e) Custos de correio; f) Bancários; g) Adesão; h) Recebimento; i) Reembolso; j) Transferência de imposto; k) limitação quantitativa para recebimento de vales por mês; l) Antecipação de reembolso com juros extorsivos e sem autorização; m) Cobrança de taxa operacional de reembolso ou qualquer outra taxa que não a administrativa.

Ex.

Operadora A: 10%	Operadora C: 05%	Operadora E: 07%
Operadora B: 06%	Operadora D: 03%	Operadora F: 05%

Soma A + B + C + D + E + F = 36 / 06 = média máxima a ser adotada 06%

1.3.2.1 - Tal medida é protetiva, tanto para o Município quanto para as Licitantes e

Credenciados, para evitar o efeito “bumerangue”, ou seja, para que não se apresentem empresas aventureiras que, na ânsia de lograr êxito com a vitória do edital, ofertem um valor muito alto, além de sua capacidade econômica e administrativa, buscando cobrar a “perda” financeira de seus credenciados com taxas abusivas, fazendo com que os mesmos não aceitem credenciar-se e/ou repassem essa taxa aos seus produtos que, conseqüentemente, onerarão os consumidores que serão os próprios funcionários públicos usuários dos cartões, objeto do edital. Com essa exigência o Município pretende preservar as relações de negócio em questão, respeito aos contratos, trabalhadores, consumidores e princípios Administrativos.

1.3.3 – O reembolso aos estabelecimentos credenciados pela licitante deverá, sob pena de rescisão contratual, ser efetuado pontualmente, no prazo usual de mercado, ou seja, não ultrapassar a média máxima estimada de ressarcimento das demais operadoras concorrentes, independente da vigência do contrato, ficando estabelecido que o Município não responderá solidariamente nem subsidiariamente por esse reembolso.

Obs. Entende-se por **média**, itens 1.3.2 e 1.3.3, a situação ou posição que está igualmente distante dos pontos extremos. Número que se obtém dividindo o resultado de uma soma pelo número de parcelas somadas.

**1.4** – A empresa deverá fornecer aos seus credenciados uma máquina, que aceite seus cartões magnéticos, respeitadas as cláusulas 1.1.5 e 1.3.2, ou possuir tecnologia que permita que seus cartões sejam aceitos nas principais máquinas do mercado.

1.4.1 – As máquinas, para validação da compra, terão de possuir velocidade razoável, compatível com as melhores máquinas do mercado, não podendo ultrapassar, salvo força maior e esporádica, 01 (um) minuto. As máquinas deverão ser de rápida e prática utilização.

**1.5** – A tolerância de velocidade, validação e prestação dos serviços solicitados nos itens 1.3 e 1.4, se limitará a 01 (uma) reclamação por estabelecimento, momento em que deverá ser sanada, salvo força maior e esporádica, devidamente justificada, sob pena de aplicação de multa por inexecução contratual, conforme item 10.2.2 deste edital, sem prejuízo das demais sanções previstas neste edital. Tal exigência se justifica com o fato de que essas situações já aconteceram no passado com os estabelecimentos e servidores do Município, causando grande constrangimento aos mesmos, por diversos motivos.

**1.6** – A licitante deverá manter, durante toda a execução do contrato, as condições que culminarem em sua habilitação, qualificação e compatibilidade com as obrigações assumidas neste edital e ainda:

- a) Cumprir com todas as exigências do edital;
- b) Cumprir com todos os prazos estabelecidos neste edital;
- c) Obter credenciamento junto à supermercados, mercados, empórios, armazéns, mercearias, mini-mercados, açougues, avícolas, casas de carnes, peixarias, hortimercados, comércio de laticínios e frios, fruteiras etc...
- d) Sempre que possível, e se houver estabelecimentos disponíveis, ampliar a rede credenciamento no Município e Região;
- e) Agilizar a imediata correção de falhas apontadas pelo Município concernentes a execução do contrato;
- f) Quando solicitado, deverá disponibilizar relatórios gerenciais onde conste o nome do servidor, número do cartão, data e valor dos créditos concedidos, local, data e valor de utilização do crédito concedido;
- g) Sempre que solicitado pela Administração Municipal, a licitante deverá comprovar e repassar a relação de estabelecimentos credenciados para aceitação do vale-alimentação, nas quantidades compatíveis exigidas no edital e demais disposições, como médias estimadas, a fim de contribuir com a fiscalização do cumprimento das cláusulas deste edital.

1.7 – Algumas infrações que sujeitarão a licitante a multa, além das demais sanções do edital, vide item 10, e, ainda, poderá acarretar rescisão contratual:

- a) Não efetuar o pagamento da outorga mensal no prazo estipulado;
- b) Cobrar taxas abusivas dos credenciados ou reembolsos atrasados, acima da média das taxas/reembolsos usuais do mercado;
- c) Não manter o mínimo de estabelecimentos credenciados;
- d) Não procurar ampliar o rol de credenciados;
- e) Não entregar os relatórios gerenciais;
- f) Não efetuar o serviço conforme determinado neste memorial;
- g) Não manter equipamentos, sites e máquinas adequadas, conforme este memorial;

## ANEXO III

(MODELO)

AO (À) PREGOEIRO (A)  
REF. PREGÃO PRESENCIAL ...../201.....

### DECLARAÇÃO

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de licitante do presente processo licitatório, que, em cumprimento ao inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal combinado ao inciso V do artigo 27 da Lei n.º 8.666/93, não possuímos em nosso quadro funcional pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a contar dos 14 (quatorze) anos.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

....., em ..... de ..... de 2018.

(Assinatura) \_\_\_\_\_

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL:

(PROCURADOR JUNTAR PROCURAÇÃO OU CREDENCIAMENTO)

CPF:

## ANEXO IV

(MODELO)

AO (À) PREGOEIRO (A)  
REF. PREGÃO PRESENCIAL ...../201.....

### DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

(Razão Social da licitante) ....., por meio de seu responsável legal, declara, sob as penas da lei, que não foi considerada INIDÔNEA/IMPEDIDA para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 87, IV, da Lei de Licitações e art. 7º da Lei 10.520/02.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

....., em ..... de ..... de 2018.

(Assinatura) \_\_\_\_\_

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL:

(PROCURADOR JUNTAR PROCURAÇÃO OU CREDENCIAMENTO)

CPF:

## ANEXO V

(MODELO)

AO (À) PREGOEIRO (A)  
REF. PREGÃO PRESENCIAL ...../201.....

### DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO PARA ME E EPP (BENEFICIADOS PELA LC 123/06 E ALTERAÇÕES)

(Razão Social)....., por meio de seu Responsável Legal e Contador ou Técnico Contábil, declara, sob as penas da lei, que:

- a) enquadra-se na situação de microempresa ou empresa de pequeno porte (beneficiado);
- b) o valor da receita bruta anual da sociedade, no último exercício, não excedeu o limite fixado nos incisos I e II, art. 3.º, da Lei Complementar n.º 123/06;
- c) não se enquadra em quaisquer das hipóteses de exclusão relacionadas no art. 3.º, § 4.º, incisos I a X, da mesma Lei.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

....., em ..... de ..... de 2018.

(Assinatura) \_\_\_\_\_

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL:

(PROCURADOR JUNTAR PROCURAÇÃO OU CREDENCIAMENTO)

CPF:

(Assinatura) \_\_\_\_\_

NOME (completo, contador ou técnico contábil):

CPF:

Nº DE INSCRIÇÃO CRC:

Ressalva (se houver).....

## ANEXO VI

(MODELO)

AO (À) PREGOEIRO (A)  
REF. PREGÃO PRESENCIAL ...../201.....

### DECLARAÇÃO

(Razão Social da licitante) ..... , por meio de seu Diretor ou Responsável Legal, declara, sob as penas da lei, que cumpre plenamente com os requisitos de habilitação.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

....., em ..... de ..... de 2018.

(Assinatura) \_\_\_\_\_

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL:

(PROCURADOR JUNTAR PROCURAÇÃO OU CREDENCIAMENTO)

CPF:

## ANEXO VIII

### (MODELO)

### ATESTADO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA

A ..... , pessoa jurídica de direito (público/privado), CNPJ ..... , com sede na rua ..... , cidade ..... , representada por ..... (com poderes para o ato), ATESTA para os fins que se fizerem necessários que a empresa ..... , CNPJ ..... , com sede na rua ..... , cidade ..... , efetuou para nossa (empresa/órgão público) o serviço de gerenciamento, administração, operação e fornecimento de vales alimentação, por meio de cartão magnético (ou tecnologia superior), pelo **prazo de** ..... **a** ..... , no total de ..... **vales/funcionários. O número estimado de estabelecimentos credenciados em nosso Município é de** .....

..... de ..... de 2018.

..... (RAZÃO SOCIAL)  
 CNPJ .....  
 ..... (REPRESENTANTE LEGAL)  
 CPF .....  
 CARIMBO (SE HOUVER)

**CÓPIA DO CONTRATO EM ANEXO.**

## ANEXO IX

### (MODELO)

#### DECLARAÇÃO FORMAL DE DISPONIBILIDADE/RELAÇÃO EXPLÍCITA

A empresa ..... CNPJ  
 ....., com sede na rua ....., cidade  
 ....., através de seu representante legal  
 ....., CPF ..... declara sob as  
 penas da lei e edital de licitações de Vacaria/RS, **Pregão Presencial nº 13/2018**, que  
 possui/possuirá na execução do contrato, credenciados, equipamentos, materiais e pessoal  
 técnico especializado, adequado e suficiente para o cumprimento do objeto do referido edital.

..... de ..... de 2018.

..... (RAZÃO SOCIAL)

CNPJ .....

..... (REPRESENTANTE LEGAL)

CPF .....

CARIMBO (SE HOVER)

~~Relação prévia de credenciados em Vacaria/RS, compatível com o objeto do edital:~~